

País prepara defesa contra as barreiras

**Da sucursal de
BRASÍLIA**

O Brasil está realizando levantamentos e preparando argumentos para contestar acusações da Comunidade Econômica Européia (CEE) que ameaça impor barreiras não-tarifárias às exportações brasileiras de carne bovina. Ainda esta semana, uma missão de técnicos do governo e empresários brasileiros deverá seguir para Bruxelas a fim de esclarecer as dúvidas e rebater as alegações dos especialistas da comunidade.

As informações foram dadas ontem pelo chefe da coordenadoria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Tarcísio Marciano da Rocha. A CEE alega falta de condições higiênicas satisfatórias em alguns dos 41 frigoríficos credenciados para fornecimento de carne bovina aos países membros da Comunidade e a ausência de um sistema eficiente de combate à febre aftosa nos Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás.

Marciano da Rocha revelou que o governo já concedeu financiamento especial aos pecuaristas dos três Estados para erradicação da doença. Este será um dos argumentos a ser utilizado pela missão. As restrições da CEE estendem-se, também, para outros Estados, sob alegação de que os três Estados, onde não foi erradicada completamente a febre aftosa, fornecem carne aos frigoríficos exportadores, acrescentou.

Ele explicou que as medidas não-alfandegárias — restrições apenas de ordem genérica, como a falta de higiene ou especificações técnicas não condizentes com os parâmetros internacionais — que a CEE ameaça impor começaram a surgir depois que, em março e abril deste ano, técnicos da Comunidade estiveram no Brasil para sua inspeção rotineira nos frigoríficos credenciados. “Estas restrições de natureza técnica não são motivos para restringir as importações” — disse o chefe da Coordenadoria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda.

IRRIGAÇÃO DO CERRADO

Tentar obter junto aos japoneses um financiamento de US\$ 150 milhões para a implantação da primeira etapa de 100 mil hectares do Projeto de Irrigação do Cerrado e concluir os entendimentos para um empréstimo de US\$ 450 milhões e o lançamento de bônus no valor de US\$ 50 milhões para o desenvolvimento do Projeto de Ferro da Serra de Carajás, pleiteado pela Companhia Vale do Rio Doce, são os principais objetivos da missão oficial brasileira, chefiada pelo secretário-geral do Ministério do Planejamento, Flávio Pecoira, que na próxima quinta-feira embarca com destino ao Japão.

Técnicos governamentais, dos Ministérios do Planejamento, Fazenda e Agricultura, estão reunidos em tempo integral na tentativa de concluir amanhã o detalhamento técnico do projeto de irrigação, que pretende a médio prazo beneficiar uma área de um milhão de hectares de cerrado. O documento será levado ao Japão, onde se espera uma boa receptividade por parte dos financiadores japoneses devido aos resultados positivos que vêm sendo alcançados pelo programa conjunto Brasil-Japão de exploração do cerrado, cuja implantação começou em 1979 numa área de 50 mil hectares sem irrigação.